



POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Carmen Lúcia Rodrigues Arruda¹

Resumo

Este artigo apresenta uma discussão sobre o protagonismo que a temática da cultura tem assumido nas instituições de educação superior (IES), assumindo majoritariamente os conceitos e parâmetros preconizados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), que enfocam a cultura como elemento de diversidades, de identidade e de diminuição de desigualdades. Movimentos nesse sentido são observados em diferentes países e, no Brasil, especialmente nas IES da esfera pública, em muitas delas pela via da extensão universitária. Embora apresentando um número crescente de ações, ainda é insignificante sua institucionalização e sua sistematização em políticas culturais.

Palavras-chave: cultura; educação superior; políticas culturais.

PUBLIC POLICIES OF CULTURE IN HIGHER EDUCATION

Abstract

Recebimento: 7/4/2018 • Aceite: 15/6/2018

¹ Doutora em Ciências Sociais, pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Diferenciação Sociocultural (Gepedisc) – Faculdade de Educação. Diretora adjunta da Diretoria de Cultura – Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas – SP, Brasil. E-mail: malu@unicamp.br

This article presents a discussion about the role of culture in higher education institutions (HEIs), taking on board the concepts and parameters recommended by the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Unesco), that focuses on culture as an element of diversity, identity and reduction of inequalities. Movements in this sense are observed in different countries and, in Brazil, especially in public HEIs, mostly in university extension. Although presenting an increasing number of actions, the institutionalization and systematization in cultural policies is still insignificant.

Keywords: culture; higher education; cultural policies.

Introdução

O campo da arte e da cultura vem ganhando força como fator de desenvolvimento em países de todo o mundo. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) tem peso preponderante na formulação dos conceitos aplicados ao setor e especialmente na vinculação entre cultura, diversidades e educação superior.

A visão estabelecida pela Unesco, que conta em sua composição com representantes de quase duzentos países dos cinco continentes, repercute na gestão, na produção, nas ações e nas políticas públicas dos estados-membros, enquanto que a evolução do tratamento às diferentes temáticas, por sua vez, reflete as transformações socioeconômicas do conjunto desses países.

Acompanhando essas mudanças, as instituições de educação superior (IES) vêm atuando no sentido de rever seu caráter elitista, abrindo-se à sociedade, tanto às populações de seu entorno como, em muitos casos, a estudantes de outros países e continentes. Nesse contexto, a cultura, numa visão ampliada, passa a ser entendida como importante via de interlocução e de articulação. As ações nos âmbitos internacional e nacional, que se configuram como provocadoras de movimentos internos, alteram o ambiente universitário e suas formas de atuação. Na medida em que cultura e educação superior se aproximam também nas IES brasileiras, torna-se importante discutir essa relação entre a universidade, a gestão cultural e a construção de políticas públicas para o campo.

Educação superior e cultura na visão da Unesco

Tratando especificamente das questões relacionadas à educação superior, desde a década de 1970, a Unesco estabeleceu um novo viés para o entendimento desse nível de ensino, para além da formação profissional, apontando para sua aproximação com o campo da arte e da cultura. A educação superior foi então proposta como uma política de formação humanística, visando à participação ampla de todas as camadas da sociedade, preservando as identidades de cada povo.

[...]

ii) una política de educación permanente adaptada a las necesidades y aspiraciones del conjunto de la población que revele a cada uno sus posibilidades intelectuales y su sensibilidad, asegure su educación cultural y su formación artística, mejore su capacidad de expresión y estimule sus dotes creadoras, a fin de que pueda dominar

mejor los cambios sociales y participar más ampliamente en la vida de la comunidad;

iii) una política científica y tecnológica que se inspire en la determinación de proteger la identidad cultural de los pueblos;

[...]

(UNESCO, 1976, p. 153, grifos originais do documento)

Em 1998, como resultado da Conferência Mundial da Educação Superior, realizada pela Unesco em Paris, França, produziu-se o documento *La educación superior en el siglo XXI: Visión y acción* (UNESCO, 1998), no qual são elencadas premissas para as IES, dentre elas o compromisso de diminuir as desigualdades, promovendo a formação continuada; o desenvolvimento intelectual e social; o respeito às culturas e às identidades. É reforçada a importância da relação entre universidade e sociedade, e o documento inclui a noção de pertinência, refletindo, segundo Carlos Bernheim e Marilena Chauí (2008, p. 21), “a complexidade e a abrangência da missão social da educação superior contemporânea”:

(a) A pertinência da educação superior deve ser avaliada em função da adequação entre o que a sociedade espera das instituições e o que estas fazem. Isto exige padrões éticos, imparcialidade política, capacidade crítica e, ao mesmo tempo, melhor articulação com os problemas da sociedade e do mundo do trabalho, baseando as orientações de longo prazo em objetivos e necessidades sociais, compreendidos o respeito pelas culturas e a proteção ambiental. A preocupação é de abrir acesso tanto à educação geral ampla como à educação especializada, específica para determinadas carreiras, muitas vezes interdisciplinar, centrada nas competências e aptidões, pois ambas preparam os indivíduos a viver em situações diversas e a poder mudar de ocupação.

(b) A educação superior deve reforçar seu papel de prestadora de serviço à sociedade, especialmente orientada a erradicar a pobreza, a intolerância, a violência, o analfabetismo, a fome, a doença e a degradação ambiental, sobretudo mediante uma abordagem interdisciplinar e transdisciplinar na análise dos problemas e das questões.

(c) A educação superior deve fortalecer sua contribuição ao desenvolvimento de todo o sistema educacional, sobretudo para o aperfeiçoamento dos docentes, do desenvolvimento curricular e da pesquisa educacional.

(d) Finalmente, a educação superior deve visar a criação de uma nova sociedade, não violenta e não-exploradora, formada por

indivíduos altamente esclarecidos, motivados e integrados, inspirados pelo amor à humanidade e guiados pela sabedoria.

Em 2008, a Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e Caribe não só reafirmou esses elementos, como os particularizou de acordo com as características culturais desses países, especialmente no que se refere às possibilidades de integração e de fortalecimento regionais. O documento daí resultante enfoca, ainda, a importância da interdisciplinaridade na formação:

Tão importantes como a geração e socialização do conhecimento nas áreas de ciências exatas, naturais e tecnologias de produção são os estudos humanísticos, sociais e artísticos com a finalidade de fortalecer perspectivas próprias para a abordagem de nossos problemas, responder aos desafios em matéria de direitos humanos, econômicos, sociais e culturais, equidade, distribuição da riqueza, integração intercultural, participação, construção democrática e equilíbrio internacional, assim como de enriquecer nosso patrimônio cultural. É indispensável vencer as distâncias entre os campos científicos, técnicos, humanísticos, sociais e artísticos, entendendo a complexidade e a multidimensionalidade dos problemas e favorecendo a transversalidade dos enfoques, o trabalho interdisciplinar e a integralidade da formação. (UNESCO, 2009, p. 243-244).

A universidade é, assim, apresentada como um espaço com possibilidades e responsabilidades de transformação de lugares, de criação de tecnologias e de desenvolvimento de pessoas e sociedades. A redução de desigualdades torna-se missão institucional e a preservação de culturas, incluídas as manifestações artísticas locais e regionais e o patrimônio histórico, ganham força, preconizando-se a abertura de possibilidades para a participação ampla de toda a sociedade nas IES. Documentos produzidos em conferências posteriores reforçam essa dimensão.

Paralelamente, a cultura passou a ser vista de forma extensa, ultrapassando a noção das artes e do patrimônio e avançando para os direitos culturais articulados com todos os demais direitos cidadãos. As atas da Conferência Geral, realizada em Nairobi, em 1976 (UNESCO, 1976), já apontavam para uma ampla abertura à participação de todos os segmentos da população nas manifestações culturais, independentemente de sua condição socioeconômica, tanto como público, quanto como criadores.

O conceito de cultura passou a ser definido como: “todas las formas de creatividad y de expresión de los grupos o los individuos, ya sea en sus modos de vida o en sus actividades artísticas [...]” (UNESCO, 1976).

Nos anos 1990 e 2000, o movimento da globalização e as consequentes mudanças no mercado mundial propiciaram a inserção do conceito de “bens culturais”, que apareceu, em 2001, na *Declaração Universal da Diversidade Cultural* (UNESCO, 2001), com a ressalva de que seriam distintos de outros bens, pelo seu caráter agregado de valores simbólicos; embora seja destacada a premissa do incentivo à indústria cultural, especialmente nos países em desenvolvimento (SILVA, 2012). Também nesse documento, a diversidade cultural aparece como patrimônio comum da humanidade, sendo o pluralismo cultural o seu enfoque principal.

A cultura, associada à noção de desenvolvimento das nações, implicada de potencial para diminuição das desigualdades e como solução para as mazelas sociais, estas agravadas pelas políticas governamentais focadas no componente econômico dos países, é questão problematizada por inúmeros autores, especialmente tratando de questões da América Latina, como Néstor García Canclini e Daniel Mato, dentre outros. Os antropólogos argentinos Mónica Lacarrieu e Marcelo Alvarez (2008) reforçam que a Unesco, ao estabelecer a relevância social e econômica da cultura para o desenvolvimento das nações, confere-lhe a responsabilidade da resolução dos problemas sociais, provocando a fala de um representante latino-americano, em conferência da Unesco ao final dos anos 2000, comentando o fato de que “se le pida a la cultura que sea una aspirina que desinflame los problemas atinentes a las políticas sociales y económicas” (LACARRIEU; ALVAREZ, 2008, p. 14).

Por essas transformações conceituais, o sentido de cultura assumiu menos os aspectos ligados apenas à arte – especialmente o da alta cultura – ou exclusivamente ligados à sociologia e à antropologia: aspectos econômicos e mercadológicos somaram-se e até mesmo sobrepuseram-se às noções anteriores de patrimônio e de identidade nacional. Ao mesmo tempo em que a noção de economia cultural e criativa associou-se à de desenvolvimento das nações, tornaram-se mais tênues as linhas entre público e privado nesse campo.

Chin Tao Wu (2006), pesquisadora taiwanesa, especialista em arte e cultura contemporânea, que analisou a evolução dessa área na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos a partir dos governos Thatcher e Reagan no início dos anos 1980, demonstra que a imposição do mundo corporativo sobre a alta cultura foi – e continua sendo – um movimento universal e abrangente. George Yúdice (2006), estudioso da cultura da América Latina, que analisa a conveniência do papel de destaque atualmente ocupado pela cultura como eixo político e econômico,

reforça que atualmente a cultura é vista e pensada como a panaceia para todos os problemas de diferença e injustiça social.

De toda forma, a influência dessas mudanças propostas pelos estados-membros da Unesco pode ser percebida em diferentes países, embora as diferenças de contexto socioeconômico ocasionem ações em tempos e formas diversas.

Educação superior e cultura no Brasil

No Brasil, desde o princípio, a formação no ensino superior foi prioritariamente voltada à preparação para o trabalho. Cunha (2007) constata esse viés no decorrer de diferentes governos, reforçado durante os anos da ditadura militar e sem alterações significativas sequer na Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 1988. Nesta, os níveis de Ensino Fundamental e Médio são amplamente citados, enquanto que ao Superior firma-se a necessidade do estabelecimento de legislação complementar que o regulamente. Apesar de a “promoção humanística, científica e tecnológica do País” ser citada, ainda é reiterada a formação para o trabalho como meta.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional (BRASIL, 1996) é o primeiro marco jurídico institucional para a mudança desse entendimento, demonstrando avanços no sentido da formação humanística, com vistas ao desenvolvimento social do país:

CAPÍTULO IV

Da Educação Superior

Art. 43º. A educação superior tem por finalidade:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando

os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

(BRASIL, 1996).

No entanto, ainda na atualidade, a educação superior brasileira é realizada por meio de conteúdo baseado em disciplinas e no conhecimento especializado e segmentado, processo motivado por padrões prioritariamente quantitativos, estabelecidos pelos órgãos de avaliação desse nível da educação. A inter e a pluridisciplinaridade no interior das IES ocorrem isoladamente, por iniciativa individual de professores, pesquisadores e estudantes.

A cultura, como elemento transversal em todas as áreas de conhecimento e campos disciplinares, é questão embrionária e, embora em número crescente, poucas são as instituições universitárias que tratam essa temática de forma institucionalizada, por meio de políticas culturais específicas.

Albino Rubim lembra que, quando pensamos a cultura, sua gestão e suas políticas, temos que ter em mente que:

Emergem na contemporaneidade desafios atualíssimos. Dentre eles podemos citar: formular políticas adequadas, consistentes e democráticas; traduzir as políticas em programas inovadores, qualificados e sintonizados com elas; realizar gestões eficazes que viabilizem as políticas e os programas; criar e consolidar procedimentos de consulta e de participação efetivas das comunidades culturais e da sociedade (RUBIM, 2016, p. 9).

Nas ações realizadas nesse sentido nas IES, a extensão universitária evidencia-se como a solução prioritária para a equação. O Ensino Superior público brasileiro, na maioria das instituições, tem investido significativamente nesse âmbito do setor cultural.

Os impactos são evidenciados pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras (Forproex), cuja área temática da cultura tem protagonizado ações de impacto significativo no entorno dos *campi* universitários, tendo papel preponderante no desenvolvimento da área cultural nas IES públicas brasileiras, especialmente as federais. A área da cultura, na maior parte dessas Instituições, está vinculada às Pró-Reitorias de Extensão.

Esse desenvolvimento teve início no VI Encontro do Forproex, em abril de 1992, cujo documento produzido tratou exclusivamente do tema *Universidade e Cultura* (FORPROEX, 1992). O texto apresenta os resultados dos debates promovidos em nove grupos temáticos: Patrimônio Cultural (Museus/Memória); Música; Artes Plásticas; Editoração – Difusão Cultural; Artes Cênicas; Práticas Esportivas, Recreativas e Lazer; Cinema, Vídeo, TV; Criação Literária; Questões institucionais, políticas e administrativas atinentes à gestão do setor artístico-cultural.

Na ocasião, foram elencadas uma série de proposições visando a institucionalização das áreas nas IES brasileiras, ações que permitiriam potencializar o campo da cultura, ampliando a integração com a sociedade; a vivência, por meio da arte, nos *campi* universitários; a formação integral e humanística do corpo discente.

É muito provável que as Instituições representadas nesse encontro tenham desenvolvido ações locais com foco nas discussões e nas recomendações produzidas. No entanto, a falta de sistematização e de integração não permitiram a visibilidade de uma ação unificada.

A retomada do tema ocorreu em abril de 2013 em Salvador, Bahia, quando o Ministério da Cultura (MinC), o Forproex e a Universidade Federal da Bahia (UFBA) realizaram o *I Seminário Cultura e Universidade – Bases para uma política nacional de cultura para as Instituições de Ensino Superior*.

Em dezembro de 2010, havia sido instituído, pelo MinC, o Plano Nacional de Cultura (PNC), por meio da Lei 12.343 (BRASIL, 2010), prevendo, dentre suas 53 metas, uma série de ações relacionadas à cultura em associação direta com a educação².

Segundo o *site* do evento, o seminário teve como objetivo:

[...] sensibilizar, mobilizar e articular Instituições Públicas de Ensino Superior para dialogar sobre ações que promovam o desenvolvimento da cultura, envolvendo a ampliação de programas e cursos voltados para a formação, pesquisa e extensão em arte e cultura, comunicação, gestão pública e em técnicas e processos relacionados aos setores criativos. O diálogo pretende também

2 Como exemplo dessas metas, destacam-se: 20 mil professores de Arte de escolas públicas com formação continuada; aumento em 150% de cursos técnicos, habilitados pelo Ministério da Educação (MEC), no campo da Arte e Cultura com proporcional aumento de vagas; aumento em 200% de vagas de graduação e pós-graduação nas áreas do conhecimento relacionadas às linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura, com aumento proporcional do número de bolsas; aumento em 100% no total de pessoas beneficiadas anualmente por ações de fomento à pesquisa, formação, produção e difusão do conhecimento.

estabelecer diretrizes que apontem para uma plena cidadania cultural como agenda de inclusão, desenvolvimento, reconhecimento e promoção da riqueza cultural brasileira³.

Para isso, foi composto de mesas temáticas que versaram sobre: diversidade na universidade – parcerias; a formação de gestores culturais e o Sistema Nacional de Cultura; perspectivas para formação em competências criativas; o desafio da expansão do ensino, da pesquisa e da extensão em arte e cultura; perspectivas para formação em competências criativas.

Também foram formados grupos de trabalho, que, em seguida, produziram documentos acerca das discussões realizadas. Os temas tratados foram: arte e cultura na universidade: novos arranjos para o ensino, pesquisa e extensão; gestão cultural e as Instituições de Ensino Superior; perspectivas para a formação de profissionais dos setores criativos; diversidade na universidade; estratégias transversais de comunicação e cultura; equipamentos culturais e circulação da produção artística e cultural; direitos autorais e recursos educacionais abertos.

Como uma das consequências diretas desse seminário, em 2014, por meio de um acordo entre os Ministérios da Cultura e da Educação, foi lançado o programa *Mais Cultura nas Universidades*, prevendo o financiamento de projetos voltados a ações culturais, produzidos pelas IES públicas federais. O edital não obteve os resultados previstos por uma série de fatores ainda em análise, dentre eles a não formulação efetiva de um plano de cultura pelas IES proponentes e, de forma direta, o corte de recursos associados ao programa.

Também na ocasião foi pensada, no MinC, uma secretaria específica para tratar de assuntos referentes a ações conjuntas entre este ministério e o da Educação – a Secretaria de Educação e Formação Artística e Cultural (Sefac) –, visando à formulação de políticas específicas para a área e ainda o fomento, o desenvolvimento e o acompanhamento de projetos possíveis de alavancar o setor, em todos os níveis de ensino, incluído o superior. Ações de formação e de profissionalização tanto para o fazer artístico como para o desenvolvimento de políticas sobre a cultura vinculada à educação foram estabelecidas como objetivos. No entanto, o impedimento da presidente Dilma Rousseff em 2016, a dissolução do Ministério e depois a sua completa reformulação em moldes diferentes dos anteriores impediram o desenvolvimento da área.

³ Disponível em: <<http://www.culturaeuniversidade.ufba.br>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

A despeito dos impactos atualmente sentidos pelas alterações e desmontes das políticas públicas estabelecidas naquele momento, e também pelos cortes recorrentes nos recursos financeiros das IES, são conhecidas muitas iniciativas no sentido de formalizar a existência do campo cultural nas instituições públicas brasileiras. Embora ainda sejam raras as instituições de educação superior detentoras de uma política cultural específica, o volume de projetos e de ações tem sido significativo para o campo, como demonstram pesquisas e levantamentos em andamento, realizados por diferentes grupos de pesquisa.

O papel da universidade nas políticas e na gestão cultural

No sentido humboldtiano, a universidade é o lugar onde a reflexão teórica e a aplicação prática se complementam, no sentido da formação do homem pela aquisição e pela produção de um conhecimento pleno, articulando os diversos campos de conhecimento em um saber unificado e organizado (RENAUT, 2003).

Como já citado, as instituições de educação superior hoje mais se assemelham a estruturas segmentadas, cada área – ou mesmo cada grupo – em busca de resultados de excelência a serem relatados aos órgãos avaliadores e publicados em revistas especializadas de impacto elevado. Como consequência, as especialidades e as especificidades geram fragmentações e levam a uma produção acadêmica competitiva que, embora significativa em termos quantitativos, perde potência. Os novos saberes, mesmo que identificados com a sociedade em diferentes áreas, são muitas vezes projetos esparsos. Os resultados desse formato de produção do conhecimento, ao mesmo tempo em que se aproximam pelas soluções inovativas e tecnológicas, criam novas desigualdades, pela especialidade e pela profissionalização qualificada exigidas para o seu alcance. A articulação de pontos comuns em projetos de áreas diversas teria a capacidade de potencializar seus impactos positivos sobre a sociedade, que hoje cobra maior participação e amplo acesso ao saber para diferentes camadas sociais, além de resultados cada vez mais imediatos de sua aplicação.

A formação do homem, no sentido de sua humanidade e liberdade, exige a articulação dos diversos campos de conhecimento (RENAUT, 2003), e esse é um importante papel a ser assumido pela política cultural universitária. Cabe à cultura ser agregadora, à medida que pode propiciar consensos em temáticas que, embora comportem diferentes interpretações, sob pontos de vista disciplinares diversos, têm pontos convergentes. Essa articulação pode permitir o

estabelecimento de novos valores, comuns a áreas antes consideradas completamente díspares, criando identidades na diversidade e motivando a proposição de soluções inovadoras, conectando a universidade aos movimentos da sociedade. O papel da arte e da cultura, nesse contexto, é justamente o de induzir o encontro dos pontos em comum, facilitando a identificação das vias convergentes, que unem e identificam, entre as áreas, as categorias e, a partir disso, entre a comunidade universitária e a sociedade.

Uma política cultural universitária, em sua especificidade, deve inter-relacionar-se diretamente com os desafios que as universidades assumem na contemporaneidade e deve ser a interface entre a IES e as questões da vida social. Para isso, é necessário que a cultura faça parte da engrenagem que rege os movimentos institucionais. Precisa ser uma área autônoma, que promova amplo diálogo com a comunidade interna, sem nunca abrir mão de atuar conjuntamente com organismos e pessoas da sociedade (BRÉ, 2003).

Em 1985, momento em que a UnB renascia após a redemocratização, Darcy Ribeiro, afirmou em discurso:

[...] o Brasil não pode passar sem uma universidade que tenha o inteiro domínio do saber humano e que o cultive não como um ato de fruição erudita ou de vaidade acadêmica, mas com o objetivo de, montada nesse saber, pensar o Brasil como problema (RIBEIRO, 1986, p. 5).

Ele previa a existência de uma “universidade-semente”, “capaz de gerar um desenvolvimento que o país não tem”, em contraposição à “universidade-fruto”, aquela resultante de um desenvolvimento já cumprido, como por exemplo as *Sorbonnes*.

Em outra vertente, também demonstrando a força da arte e da cultura para a universidade, o antropólogo e escritor Antonio Risério, em seu livro *Avant-garde na Bahia*, (RISÉRIO, 1995) descreve o projeto realizado por Edgard Santos, entre os anos de 1950 e 1960, como reitor da Universidade Federal da Bahia. Em busca da modernidade, o reitor, associado à elite baiana, investiu recursos na formação da área artística da Universidade, por entender que essa seria a alternativa para conseguir a visibilidade e o retorno do estado da Bahia ao protagonismo na cena nacional, então roubado pelos estados do Sul e do Sudeste.

Também a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), criada em 1966, herdou naquele momento muitas das ideias de Edgard Santos e de Darcy Ribeiro. Zeferino Vaz, seu criador, tinha sido antes interventor na Universidade de Brasília após o golpe militar e, por mais contraditório que possa parecer, aquela passagem o fez acreditar

que esse seria o mais perfeito projeto de universidade, motivo pelo qual previu, desde o início, a existência da área de Artes e Humanidades, numa universidade tecnológica por excelência.

Os três casos citados (UnB, UFBA e Unicamp) representaram, em seus tempos, ideias inovadoras, fatores preponderantes para o alcance da universalidade do conhecimento, uma vez que no momento dessas ações carregavam consigo as possibilidades de ascensão concreta para uma sociedade que buscava o progresso e a modernização. São exemplos que permitem refletir sobre o fato de que pensar a universidade estabelece imediatamente a necessidade de uma interlocução com a sociedade, sua história, seu contexto, seus movimentos. E a arte e a cultura podem suscitar novos vínculos criativos e novos ângulos de visão para as questões sociais. Além de representar a plenitude do saber, contemplando a convivência de todas as possibilidades de conhecimento, essas áreas no ambiente acadêmico possibilitam também a efervescência da realização artística e cultural nesse meio, como fonte da vida criadora, com uma vida comunitária “enriquecida por gente criativa em todos os planos”, como dito por Darcy Ribeiro.

Considerações finais

Os processos de internacionalização e de reforma ocorridos em anos recentes têm aumentado as exigências e cobranças à instituição universitária, em todo o mundo e, nesse sentido, a interação com a sociedade deve ser não só ampliada, como também explicitada. Como consequência desse novo sistema, a maior abertura a diferentes camadas sociais e também a estudantes estrangeiros evidencia diversidades, mas também desigualdades no conjunto do corpo discente, que se refletem inclusive na aquisição de saberes.

O fomento ao campo da arte e da cultura nas IES, atualmente, demonstra a busca de abertura da universidade para a sociedade, ressaltando a necessidade da participação estreita da comunidade acadêmica na produção e na criação artístico-culturais universitárias; a necessidade de articulação estreita dessa produção com o ensino e a pesquisa; a importância da formação continuada no campo da arte e da cultura, capaz de propiciar a abertura a novas experiências sensíveis e construir singularidades na visão sobre o mundo. Os *campi* universitários devem ser reconhecidos como espaços de transmissão, difusão, criação cultural e artística, além de se concretizarem como lócus de experimentação de novas possibilidades que contribuam para a projeção dos países frente a organismos nacionais e internacionais.

Com diferentes enfoques, são evidentes os movimentos na área cultural universitária em inúmeros países. Seja pelo resgate das tradições populares e da identidade nacional, enfocando a diversidade e, inclusive, a diminuição – discutível – das mazelas sociais, reduzindo as diferenças e tendo a universidade como protagonista nessa transformação, seja pelo desenvolvimento da arte e pelo investimento no crescimento das pessoas envolvidas.

Em todos os casos, busca-se a abertura do espaço da universidade, por meio da cultura, para acolhimento da sociedade, bem como a irradiação das ações das IES, ampliando-as sobre as comunidades de seu entorno e visando tornar possível o acesso das populações ao ambiente acadêmico, ao espaço universitário, tornando-o mais participativo e, portanto, justificando sua existência.

Esses movimentos abrem espaço para que a educação superior se estabeleça como importante protagonista na formação e na produção nesse campo, influenciando a criação e o trabalho artístico, as possibilidades da arte e da cultura como transformadoras da sociedade e a busca de métodos que permitam avançar na construção das políticas culturais, especialmente pelo estímulo à inventividade de seu corpo discente.

Para María Adelaida Jaramillo González, uma das principais responsáveis pela implantação da política cultural para o ensino superior na Colômbia:

Pensar la cultura y su función desde la Universidad, implica repensar el rol que los derechos culturales tienen en la sociedad, el papel que las instituciones están llamadas a adelantar, las relaciones que las políticas culturales tienen con las demás políticas sociales, los vínculos entre la educación y la cultura, la formación cultural entendida en su amplia dimensión donde convergen la formación profesional de agentes culturales, la formación integral y ciudadana de las personas, la formación de las generaciones de relevo para el sector cultural, y la formación y actualización de docentes de los niveles básicos de la educación para la introducción de la variable cultural como eje transversal en el contexto educativo tradicional, más allá de los eventos y espectáculos culturales a los cuales se ha referido por muchos años la dinámica cultural en dicho ámbito (GONZÁLEZ, 2007, p. 21).

Referências bibliográficas

BERNHEIM, Carlos Tünnerman; CHAUI, Marilena Souza. Desafios da universidade na sociedade do conhecimento: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior. Brasília: UNESCO, 2008. 44 p.

BRASIL. *Lei n. 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. *Lei n. 12.343*, de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Brasília, 2010.

BRÉ, Danielle. Préface. In: CHÊNE, Janine (org.). *La mission culturelle de l'Université au XXIe siècle. Actes de la Journée nationale Art+Université+Culture*. Paris, França, 2003. p. 7-10.

CUNHA, Luiz Antonio. *A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2007. 300p.

FORPROEX. Universidade e cultura. *VI Encontro do Fórum nacional de pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras*. Santa Maria, RS, abril de 1992. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1992-VI-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

GONZÁLEZ, María Adelaida Jaramillo (ed.). *Plan de cultura 2006-2016: La cultura: fundamento de una universidad pertinente*. Medellín, Colombia: Universidad de Antioquia, 2007. 100p.

LACARRIEU, Mónica; ALVAREZ, Marcelo (org.). *La (indi)gestión cultural: una cartografía de los procesos culturales contemporáneos*. 2. ed. Buenos Aires: La Crujía, 2008. 300p.

RENAUT, Alain. *Savoir et culture. Réflexions sur les missions contemporaines de l'Université*. In: CHÊNE, Janine (org.). *La mission culturelle de l'Université au XXIe siècle. Actes de la Journée nationale Art+Université+Culture*. Paris, França, 2003. p. 13-48.

RIBEIRO, Darcy. *Universidade para quê?* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986. (Série UnB). 30p.

RISÉRIO, Antonio. *Avant-garde na Bahia*. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 1995. (Coleção Pontos sobre o Brasil).

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Prefácio. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). *Cultura e políticas culturais na Bahia*. Itajaí, SC: Casa Aberta, 2016. 255p.

SILVA, Luiz Fernando da. Unesco, cultura e políticas culturais. In: *XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste e Pré-ALAS Brasil*. 04 a 07 set. 2012, UFPI, Teresina, PI.

UNESCO. *Actas de la Conferencia General 19.a reunión Nairobi, 26 de octubre - 30 de noviembre de 1976*. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001140/114038s.pdf#page=146>. Acesso em: 08 jan. 2016.

UNESCO. *La educación superior en el siglo XXI: visión y acción. Tomo I: Informe final, Conferencia Mundial sobre la Educación Superior*. Paris: 5-9 de outubro de 1998.

UNESCO. *Declaração universal sobre diversidade cultural*. 2002. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>. Acesso em: 08 jan 2016.

UNESCO. *Declaração da Conferência regional de educação superior na América Latina e no Caribe*. *Avaliação*, v.14, n.1, p.235-246, mar.2009.

WU, Chin Tao. *Privatização da cultura: a intervenção corporativa nas artes desde os anos 1980*. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2006. 408p.

YÚDICE, George. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Tradução de Marie-Anne Kremer. 1. reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. 615p.